

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 01416.022125/2017-28

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica, sob demanda, com fornecimento de peças, materiais e componentes, de aparelhos de ar condicionado, por um período de 12 (doze) meses, com previsão de prorrogação nos termos da lei, conforme discriminado:

Item	Descrição	Capacidade	Marca/Modelo	Quantidade	Manutenção PREVENTIVA	Manutenção CORRETIVA
A	Condicionador de Ar SPLIT CASSETE, tensão 220V, com controle remoto	Refrigeração: 24.000 BTU/h Aquecimento: 31.000 BTU/h	GREE Modelo Condensadora: GSK24-22R/B(O) 220V Evaporadoras: Teto (cassete)	05 evaporadoras e 05 condensadoras	SIM	SIM
B	Condicionador de Ar PORTÁTIL, tensão 220V, com controle remoto	12.000 BTU/h	Komeco Modelo: ABP12 QC 220V - G1 - Ambient	03 aparelhos portáteis	SIM	SIM
C	Condicionador de Ar PORTÁTIL, tensão 220V, com controle remoto	11.000 BTU/h	Tec Home Modelo: TEC12F 220V	01 aparelho portátil	SIM	SIM
D	Condicionadora de ar Sistema INVERTER SMMSi VRF, dotado de compressor scroll com velocidade variável via um controlador, denominado inversor de frequência (Inverter), de capacidade para controlar um grupo de 5 (cinco) unidades interiores (unidades evaporadoras), High-wall, de 24.000 BTU/h cada. Tensão 220V, com controle remoto	24.000 BTU/h	Hitachi Modelo Condensadora INVERTER: RAS10FSNM5B Série: RAS 1301 858463 Evaporadoras: HIGH-WALL RPK-2.5FSNSM2 HITACHI 60277951	05 evaporadoras e 01 condensadora	SIM	SIM

Os aparelhos de ar condicionado estão instalados na Agência Nacional do Cinema, em seu Escritório Regional na Cidade de São Paulo.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A implementação dos serviços de manutenção dos condicionadores de ar se faz necessária a fim de se garantir o funcionamento dos equipamentos em perfeitas condições e também a salubridade do ar no ambiente refrigerado, tendo em vista o valor agregado do parque de condicionadores de ar e o estabelecido na Portaria n.º 3.523/GM, de 28.08.1998 (D.O.U. 31.08.1998), expedida pelo Ministério da Saúde, que trata da qualidade do ar em ambientes climatizados.

3. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. O objetivo da contratação é prover o Escritório Regional da ANCINE em São Paulo de prestação de serviços continuados de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica, sob demanda, para os aparelhos de ar condicionado do Escritório Regional da ANCINE em São Paulo, a ser realizada por empresa especializada a qual será responsável pela limpeza e conservação dos equipamentos, fornecimento de peças, materiais e componentes.

4. DO ESCOPO E DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

4.1. A execução dos serviços se dará de forma:

a) **Preventiva**, com periodicidade mensal, para os aparelhos de ar condicionado do tipo Split System cassete (item "A"), os aparelhos portáteis (itens "B" e "C") e aparelhos de ar condicionado Inverter HITACHI high wall (item "D");

b) **Corretiva**, com assistência técnica, sob demanda, com fornecimento de peças, materiais e componentes, para os aparelhos de ar condicionado do tipo Split System cassete (item "A"), os aparelhos portáteis (itens "B" e "C") e aparelhos de ar condicionado Inverter HITACHI high wall (item "D").

4.2. Os aparelhos se encontram instalados no Escritório Regional de São Paulo - Edifício CBI Esplanada, localizado à Rua Formosa, 367 – 20º andar, conjunto 2060, e 21º andar, conjunto 2160, Centro, São Paulo/ SP.

Conforme discriminação constante no Anexo IA do Edital, o Escritório Regional de São Paulo possui atualmente:

- 5 aparelhos de ar condicionado tipo Split system cassete (teto), marca GREE sendo compostos por 5 unidades condensadoras e 5 unidades interiores (evaporadoras);
- 5 (cinco) aparelhos de ar condicionado tipo Sistema INVERTER SMMSi VRF, High-wall, marca HITACHI, sendo compostos por 1 unidade condensadora e 5 (cinco) unidades interiores (evaporadoras);
- 4 aparelhos tipo portáteis, sendo 3 da marca Komeco e 1 da marca Tec Home.
-

5. DA CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

5.1. DAS DIRETRIZES TÉCNICAS

5.1.1. As práticas de manutenção descritas neste Termo de Referência devem ser aplicadas em conjunto com as recomendações de manutenção mecânica da NBR 13.971/97, Portaria 3523/98 do Ministério da Saúde, Resolução 09/03 da ANVISA, Manual de Medicina do Trabalho, assim como nos edifícios da Administração Pública Federal o disposto no capítulo Práticas de Manutenção, Anexo IC, itens 2.6.3 e 2.6.4 da Portaria n.º 2.296/97, de 23 de julho de 1997, Práticas de Projeto, Construção e Manutenção dos Edifícios Públicos Federais, do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE, e demais normas relacionadas ao objeto deste Termo de Referência, bem como suas atualizações ou legislações que venham substituí-las.

5.2. DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA

5.2.1. A assistência técnica preventiva consistirá em procedimentos de manutenção preventiva, com periodicidade mensal, visando prevenir situações que possam gerar falhas ou defeitos, a conservação e ao perfeito funcionamento dos equipamentos, observando-se as periodicidades constantes neste Termo de Referência, bem como recomendar à ANCINE eventuais providências, sob o seu controle, que possam interferir no desempenho destes.

5.2.2. Constarão da manutenção preventiva, entre outros procedimentos necessários à conservação e ao perfeito funcionamento dos equipamentos, os seguintes serviços:

- a) manutenções mecânicas, elétricas e eletrônicas dos equipamentos;
- b) manutenções mecânicas, elétricas e eletrônicas dos componentes dos circuitos e sistemas hidráulicos;
- c) manutenções mecânicas, elétricas e eletrônicas dos componentes dos circuitos e sistemas eletroeletrônicos;
- d) manutenção dos circuitos de força e comando elétrico dos equipamentos;
- e) manutenção de todas as peças e componentes periféricos inerentes ao perfeito funcionamento dos equipamentos;

- f) limpeza geral dos equipamentos;
- g) lubrificação geral dos equipamentos;
- i) conferência do gás refrigerante e de outros tipos de gases, de modo a garantir a carga térmica necessária ao rendimento otimizado dos equipamentos;
- j) reposição do gás refrigerante e de outros tipos de gases, de modo a garantir a carga térmica necessária ao rendimento otimizado dos equipamentos;
- k) manutenção dos dutos e de todo o sistema de drenagem da água de condensação;
- l) limpeza geral das casas de máquinas e
- m) leitura de todas as grandezas elétricas, mecânicas e de temperatura necessárias para se caracterizar o bom ou mau funcionamento dos equipamentos.

5.2.3. A manutenção preventiva deverá ser feita independentemente de ter havido manutenção corretiva no período, devendo ser emitido relatório de atendimento específico para cada tipo de manutenção.

5.2.4. A programação elaborada pela CONTRATADA deverá obedecer às rotinas de manutenção PREVENTIVA descritas a seguir:

5.2.4.1. DOS APARELHOS TIPO SPLIT SYSTEM - TETO (“A”) E TIPO INVERTER - HIGH-WALL (“D”)

I - MENSALMENTE:

- a) Limpar externa e internamente o equipamento e acessórios em geral;
- b) Limpar e trocar (se necessário) filtros de ar;
- c) Limpar o sistema de drenagem e bandeja de condensado;
- d) Verificar fecho das tampas e parafusos dos painéis, completando o que faltar;
- e) Verificar e corrigir ruídos e vibrações anormais;
- f) Verificar e corrigir fixação e alinhamento das polias dos ventiladores;
- g) Verificar estado e ajustar a tensão das correias;
- h) Verificar e corrigir vazamentos de ar, refrigerante e óleo;
- i) Verificar botoeiras, interruptores e sinaleiros;
- j) Conferir regulação dos termostatos;
- k) Verificar vibração do capilar
- l) Eliminar danos e corrosão na estrutura da máquina;
- m) Corrigir danos no isolamento térmico da máquina;
- n) Verificar funcionamento dos dispositivos de controle e proteção; corrigir se necessário;
- o) Eliminar sujeira na casa de máquinas e tomada de ar externo;
- p) Verificar funcionamento das resistências de cárter, substituindo aquelas defeituosas;
- q) Medir tensão de alimentação;
- r) Medir correntes elétricas dos motores;
- s) Medir correntes elétricas dos compressores;
- t) Medir temperatura de insuflamento;
- u) Medir temperatura de retorno;
- v) Medir temperatura ambiente;
- w) Medir temperatura do ar externo.

II - TRIMESTRALMENTE:

- a) Manobrar válvulas de serviço do princípio ao fim do curso (se houver);
- b) Verificar e limpar serpentinas do evaporador e condensador;
- c) Verificar e ajustar funcionamento da válvula solenóide (se houver);
- d) Verificar e ajustar todos dispositivos de medição, controle e segurança (como termostato, pressostato e relé térmico);
- e) Verificar e limpar rotores/hélices dos ventiladores;
- f) Retocar pintura;
- g) Medir razão de ar de insuflamento, retorno e tomada de ar externo;
- h) Medir tensão de alimentação;
- i) Medir correntes elétricas dos motores;
- j) Medir correntes elétricas dos compressores;
- k) Eliminar pontos de corrosão.

III - SEMESTRALMENTE:

- a) Medir e registrar resistência do isolamento dos motores e compressores;
- b) Reapertar todas as conexões elétricas e mecânicas;
- c) Limpar rotores/ventiladores com jato de água;
- d) Verificar isolamento térmico da rede frigorígena e corrigir se necessário;
- e) Retocar pintura da máquina;
- f) Limpar e corrigir fixação de difusores e grelhas;
- g) Lubrificar rolamentos e mancais. Verificar estado de fixação de motores e compressores nas bases, corrigindo se necessário;
- h) Balancear vazões de ar de insuflamento nos ambientes, se necessário.

5.2.4.2. DOS APARELHOS DE AR PORTÁTEIS (“B” e “C”)

I - MENSALMENTE:

- a) Limpar painel frontal;
- b) Limpar e trocar (se necessário) filtro de ar;
- c) Verificar grades de ventilação e exaustão;
- d) Verificar e corrigir ruídos e vibrações anormais;
- e) Limpar dreno e bandeja de condensado;
- f) Verificar e ajustar (se necessário) regulação do termostato de operação;
- g) Verificar ação da válvula de reversão do ciclo de refrigeração (se houver);
- h) Verificar ação da chave seletora;
- i) Verificar e corrigir (se necessário) vazamento de refrigerante;
- j) Verificar e corrigir (se necessário) a instalação elétrica;
- k) Verificar e ajustar parafusos de fixação dos componentes;
- l) Eliminar focos de oxidação e sujeiras em geral;
- m) Verificar e corrigir a operação de drenagem de água das bandejas e sistema de escoamento.

II - SEMESTRALMENTE:

- a) Limpar serpentinas;
- b) Verificar e desarmar (se necessário) aletas das serpentinas;
- c) Medir diferencial de pressão;
- d) Verificar vedação dos painéis do gabinete do aparelho.

III - ANUALMENTE:

- a) Lubrificar (se necessário) motor/mancais dos ventiladores / eliminar sujeira, danos e corrosão;
- b) Verificar e limpar rotores/hélices dos ventiladores;
- c) Verificar e corrigir revestimentos protetores e isolamentos térmicos do gabinete e tubulações;
- d) Verificar e ajustar todos os dispositivos de segurança e controle;
- e) Verificar a existência de bolores no isolamento termoacústico e promover os devidos reparos;
- f) Verificar vazamentos nas ligações flexíveis;
- g) Verificar a operação dos amortecedores de vibração do compressor.

5.2.5. A CONTRATADA deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a data da assinatura do contrato, executar uma manutenção preventiva em conformidade com o subitem 5.2, devendo, após a realização da manutenção, apresentar relatório de acordo com o subitem 12.4., sendo que a periodicidade das demais manutenções preventivas deverá ser executada nos termos dispostos nos subitens 5.2.4.1, 5.2.4.2 e 5.2.4.3 de acordo com a programação de atendimento mensal de que trata o subitem 12.2.

5.3. DA MANUTENÇÃO CORRETIVA

5.3.1. Essa manutenção consistirá no atendimento às solicitações da ANCINE, sob demanda, quantas vezes forem necessárias, sem qualquer ônus adicional, sempre que houver paralisação por defeito do equipamento, ou quando for detectada a necessidade de recuperação, substituição de peças ou correções durante a realização de manutenção preventiva.

5.3.2. Para toda intervenção corretiva deverá a CONTRATADA emitir um relatório detalhado dos serviços executados, onde deverá ser informada, quando for o caso, a peça que foi substituída, de forma detalhada, abrangendo a marca, o modelo e o número do tombamento patrimonial do equipamento a ser consertado.

5.3.3. A chamada para a manutenção corretiva deverá ser atendida em até 04 (quatro) horas após o chamado de manutenção feito pela ANCINE, e o prazo para o reparo não deverá ultrapassar 48 (quarenta e

oito) horas corridas, salvo em casos fortuitos e alheios à contratada, os quais deverão ser devidamente justificados por ela e apreciados pelo fiscal do contrato, que poderá, a seu critério, julgar a pertinência do pleito e estabelecer novo prazo compatível e razoável para a execução do serviço.

5.3.4. Os serviços serão executados no local onde o equipamento encontra-se instalado, exceto nos casos em que, em função da natureza do defeito apresentado, haja a necessidade de deslocá-lo até a oficina da CONTRATADA, quando será necessária a autorização prévia da CONTRATANTE, sem que o deslocamento incorra em qualquer ônus para a ANCINE.

5.4. DAS PEÇAS, MATERIAIS DE CONSUMO, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS

5.4.1. Será de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de ferramentas, equipamentos e materiais de consumo necessários à execução dos serviços, tais como: materiais e produtos de limpeza em geral e desencrustantes, estopa, trapo, limpeza química ou mecânica de serpentinas e ventiladores, materiais para lubrificação, graxas, óleos lubrificantes, vaselina, produtos para pintura, serviços de soldagem, solda, oxigênio, nitrogênio, acetileno, corte e adaptação de tubulações de gás refrigerante, gás freon, fluidos refrigerantes, filtros secadores para unidades divididas ou com condensadores remotos, substituição ou conserto dos circuitos de controle de temperatura, fusíveis, relés de proteção, relés falta de fases, capacitores, chaves contatoras, parafusos, correias, polias, rolamentos, terminais elétricos, cabos elétricos, chaves seletoras, termostatos, capacitores, protetores térmicos, espumas para vedação, câmaras fan, tubos capilares, chaves termostáticas, aletas, filtros de ar e de gás, botões, cabos de alimentação, hélices, base, frente plástica, painel/espelho, gabinete, chassi.

5.4.2. Tais materiais, ferramentas e equipamentos devem ser aplicados/utilizados em conformidade com as recomendações do fabricante, não sendo admitidos materiais reconicionados; e os materiais de consumo utilizados na limpeza dos componentes dos sistemas de climatização devem ser biodegradáveis, devidamente registrados no Ministério da Saúde para esse fim.

5.4.3. Será de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento das peças de reposição, conforme relação básica de componentes apresentada no ANEXO IC.

5.4.3.1. Os itens das listas são meramente exemplificativos dos componentes dos aparelhos do parque de ar condicionado da ANCINE, a fim de subsidiar a elaboração do orçamento nos aspectos referentes ao fornecimento das peças.

5.4.4. Além da relação dos componentes básicos dos aparelhos de ar condicionados, no caso de defeito com necessidade de substituição de componentes de maior valor agregado, foi incluída uma estimativa dos componentes de maior valor agregado, elaborada com base no histórico de manutenções apresentada no ANEXO ID (Estimativa de Fornecimento de Peças de maior valor agregado), sob a qual está sob a responsabilidade da ANCINE providenciar a aquisição das partes, e sob a responsabilidade da contratada os demais serviços referentes à manutenção corretiva.

5.4.4.1. A ANCINE providenciará o fornecimento dos equipamentos de maior valor agregado que constem do ANEXO ID, que não estejam no período coberto por GARANTIA, sempre que comprovada a necessidade, e a contratada providenciará os demais serviços e materiais sob sua responsabilidade para proceder aos serviços de manutenção corretiva.

6. DA VISTORIA FACULTATIVA

6.1. A Visita Técnica facultativa – cuja justificativa detém relevância no contexto da empreitada e decorre de condição adicional à análise das peculiaridades do serviço licitado, sendo complementar as informações dos equipamentos e das condições locais para a futura execução contratual – os Licitantes interessados tomarão conhecimento do local de execução dos serviços e terão a oportunidade de dirimir dúvidas quanto à interpretação das especificações técnicas, bem como das possíveis dificuldades ou obstáculos para o bom desempenho das atividades inerentes ao objeto não cabendo alegações, dúvidas ou reclamações posteriores.

6.2. A Visita Técnica deverá ser agendada junto ao Escritório Regional de São Paulo, nos dias úteis, no horário de 10 às 16 horas, devendo ser realizada até o último dia útil anterior à data de abertura da licitação.

6.3. Ao término da visita técnica, a empresa concorrente deverá receber o “Atestado de Vistoria” assinado e datado em duas vias pelos responsáveis de ambas as partes, onde expressará estar ciente e de acordo com todas as especificações técnicas, bem como a quantidade e tipo de material e mão-de-obra a empregar; tendo ainda dirimido todas as dúvidas quanto às interpretações deste Termo de Referência.

6.4. Caso a empresa não realize a visita técnica facultativa, deverá apresentar declaração de que está ciente quanto à interpretação e especificações contidas no Termo de Referência e que não alegará, posteriormente, o desconhecimento de fatos evidentes à época da vistoria para solicitar alteração do valor do contrato que porventura vier a celebrar.

7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA HABILITAÇÃO

Deverá constar da documentação técnica a ser apresentada pela Contratada:

7.1. Registro da empresa na entidade profissional competente;

7.2. Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já executou serviço de características compatíveis com as do objeto;

7.2.1. Os Atestados ou certidões de aptidão deverão apresentar complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica de equipamentos Split com capacidade de refrigeração de 24mil btu's, e condicionadores de ar portátil com capacidade de refrigeração de pelo menos 11.000 BTU/h.

8. DO PAGAMENTO PELOS SERVIÇOS

8.1. A empresa contratada receberá da ANCINE, mensalmente, pagamento pelos serviços prestados, correspondente às atividades de manutenção preventiva e corretiva, independente da ocorrência desta última.

9. DA EQUIPE TÉCNICA E DO HORÁRIO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. No ato da contratação, a LICITANTE VENCEDORA deverá comprovar possuir profissionais habilitados para a execução da prestação dos serviços, com a seguinte qualificação: Engenheiro Mecânico e Mecânico de Refrigeração; em quantidades compatíveis para o perfeito cumprimento da execução contratual.

9.2. Os serviços contratados deverão ser realizados preferencialmente no horário compreendido entre 08:00h e 18:00h, de segunda a sexta-feira, salvo nos casos em que a atividade prejudicar as atividades laborais da ANCINE, sendo assim negociado entre as partes o melhor horário para a realização dos serviços, sem ônus adicionais à ANCINE.

9.3. A equipe técnica da CONTRATADA deverá apresentar-se devidamente uniformizada, fazer uso de Equipamentos de Proteção Individual e obedecer às normas internas da ANCINE.

10. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

10.1. Nos termos da Instrução Normativa ST/MP/OG nº1, de 19/01/2010, a CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços tais como:

10.1.1. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas;

10.1.2. Substituir, sempre que possível, as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

10.2. Usar produtos de limpeza que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

10.3. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das substâncias que destroem a camada de ozônio – SDO, abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, ou de qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000.

11. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

11.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

11.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA ANCINE

14.1. Exercer a fiscalização dos serviços por meio de servidor especialmente designado.

14.2. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na prestação dos serviços para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

14.3. Efetuar os pagamentos devidos nas condições contratuais estabelecidas.

14.4. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

14.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. Assumir a responsabilidade legal, administrativa e técnica pela ordem execução dos serviços e pela qualidade destes, efetuando a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, junto ao CREA da respectiva região, referente ao objeto do Contrato, em conformidade com a Resolução CONFEA nº 425, de 18.12.1998, devendo apresentá-la em até 30 (trinta) dias após o início da execução dos serviços.

15.2. Apresentar à ANCINE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a data de assinatura do contrato, a programação de atendimento mensal para cada Unidade Operacional constante no item 04 do presente Termo de Referência.

15.3. Executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos relacionados no item 5.2 e 5.3 deste Termo de Referência por meio de pessoal técnico especializado, com a utilização de instrumentos, ferramentas e equipamentos de proteção individual e coletivo próprios, adequados às tarefas, de acordo com as recomendações técnicas dos fabricantes e de modo a garantir a conservação e o perfeito funcionamento dos equipamentos.

15.4. Após cada intervenção local, emitir o Relatório Técnico de Visita – RTV, em conformidade com o modelo apresentado pela ANCINE, ANEXO IB, em impresso próprio, no qual constarão as ocorrências verificadas, devendo ser o mesmo assinado pelos representantes das partes, ficando uma via aos cuidados do servidor designado pela ANCINE para o acompanhamento e fiscalização dos serviços.

15.5. Promover atendimento em finais de semana ou feriados, de forma plena e sem encargos adicionais para a ANCINE, quando houver necessidades operacionais inadiáveis da ANCINE, ou em casos de execução concomitante de serviços de manutenção de outra natureza.

15.6. Desmontar, transportar e remontar equipamentos reparados dentro ou fora das dependências da ANCINE que dependam de serviços de terceiros, tais como: enrolamento de motores, torno, solda e recuperação de componentes elétricos, assumindo total responsabilidade pela qualidade, custos e cumprimento dos prazos de execução dos serviços.

15.7. Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços e dos equipamentos, apresentando razões justificadoras a serem apreciadas pela ANCINE.

15.8. Solicitar a prévia autorização da ANCINE para executar serviços de maior vulto, que impliquem na paralisação do equipamento por período de tempo superior a 06 (seis) horas.

15.9. Pagar todos e quaisquer tributos incidentes sobre sua atividade empresarial ou sobre os serviços objeto deste Termo de Referência, bem como os encargos sociais e trabalhistas que incidam sobre seus empregados e/ou prepostos.

15.10. Responsabilizar-se civil e criminalmente por todos os atos e omissões que seus empregados e/ou prepostos, direta ou indiretamente, cometerem no interior das Unidades da ANCINE.

15.11. Efetuar as práticas de manutenção em conjunto com as recomendações de manutenção mecânica da NBR 13.971/97, NBR 7256/82, NBR 6401/80 - Sistemas de Refrigeração, Condicionamento de Ar e Ventilação - Manutenção Programada da ABNT, Portaria nº 3.523/98 Ministério da Saúde, Resolução 09/03 da ANVISA, Manual de Medicina do Trabalho.

15.12. Emitir faturas no valor pactuado em contrato, apresentando-a à contratante para ateste e pagamento, acatando todos os indicadores do Instrumento de Medição de Resultados (ANEXO IG);

15.13. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da ANCINE;

15.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

15.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

15.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do art. 57 da Lei nº 8666/93.

16. DA VIGÊNCIA

16.1. O contrato terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, desde que haja condições e preços mais vantajosos para a administração, conforme previsto no artigo 57, inciso II da lei 8.666/93.

17. DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS

17.1. A LICITANTE VENCEDORA obrigará-se ao cumprimento do INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR), conforme indicadores constantes no ANEXO IG – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS, sujeitando-se às sanções financeiras por metas não atingidas.

18. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

18.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

18.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

18.4. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

18.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.7. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

18.8. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará os critérios estabelecidos neste Termo de Referência para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

18.8.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

18.8.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18.9. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

18.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

18.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

18.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

18.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

18.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

18.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

18.16. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

18.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

18.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

19. DAS SANÇÕES

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 19.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 19.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 19.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 19.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 19.1.5. cometer fraude fiscal;
- 19.1.6. não mantiver a proposta.

19.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 19.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 19.2.2. multa moratória de até 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
 - 19.2.2.1. em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;
 - 19.2.2.2. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 19.2.3. multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - 19.2.3.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 19.2.4. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 19.2.5. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 19.2.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.3. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- 19.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 19.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 19.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

- 19.5.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (Trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o

princípio da proporcionalidade.

19.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. A empresa LICITANTE deverá apresentar a relação explícita e a declaração formal da sua disponibilidade, de equipamentos, ferramentas, instalações físicas apropriadas e específicas, e pessoal técnico especializado, para o cumprimento do objeto da licitação.

20.2. Todos os trabalhos serão executados por mão de obra especializada, devendo a CONTRATADA estar ciente das normas técnicas da ABNT correspondentes a cada serviço constante neste Termo de Referência.

20.3. Os técnicos da CONTRATADA, quando estiverem prestando serviço nas dependências da ANCINE, deverão estar uniformizados e portando crachás de identificação.

20.4. A CONTRATADA ficará responsável por quaisquer danos que venha a causar a terceiros e/ou ao patrimônio público durante a execução dos serviços contratados, reparando-os às suas custas, sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte da ANCINE.

20.5. Todos os serviços involuntariamente não explícitos neste Termo de Referência, mas necessários ao funcionamento eficiente dos equipamentos de ar condicionado serão de responsabilidade da CONTRATADA.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Todo o material usado pela CONTRATADA deve ser de primeira qualidade e recomendadas pelos fabricantes dos equipamentos de ar condicionado.

21.2. A CONTRATADA será a responsável pela limpeza do local onde ocorrerão os serviços de manutenção.

21.3. Durante a realização dos serviços de manutenção preventiva a CONTRATADA deverá sinalizar convenientemente e/ou isolar o local e o equipamento, objetivando a segurança dos seus funcionários e dos usuários.

22. DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

22.1. O presente Termo de Referência foi elaborado a partir de demanda do Escritório Regional de São Paulo e contou com a elaboração de especificações técnicas da Coordenação de Infraestrutura e Administração Predial - GAD/CIA.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Pereira De Matos, Analista Administrativo**, em 27/05/2019, às 14:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia De Abreu, Coordenador(a)**, em 30/05/2019, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Sueli Sokem Dalloul, Gerente Administrativo**, em 04/06/2019, às 17:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ancine.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1316281** e o código CRC **33428319**.

ANEXO IA

RELAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR

Descrição	Capacidade	Marca/Modelo	Quantidade
Condicionador de Ar SPLIT CASSETE, tensão 220V, com controle remoto	Refrigeração: 24.000 BTU/h Aquecimento: 31.000 BTU/h	GREE Modelo Condensadora: GSK24-22R/B(O) 220V Evaporadoras: Teto (cassete)	05 evaporadoras e 05 condensadoras
Condicionador de Ar PORTÁTIL, tensão 220V, com controle remoto	12.000 BTU	Komeco Modelo: ABP12 QC 220V - G1 - Ambient	03 aparelhos portáteis
Condicionador de Ar PORTÁTIL, tensão 220V,	11.000 BTU	Tec Home Modelo: TEC12F	01 aparelho

com controle remoto		220V	portátil
Condicionadora de ar Sistema INVERTER SMMSi VRF, dotado de compressor scroll com velocidade variável via um controlador, denominado inversor de frequência (Inverter), de capacidade para controlar um grupo de 5 (cinco) unidades interiores (unidades evaporadoras), High-wall, de 24.000 BTU/h cada. Tensão 220V, com controle remoto	24.000 BTU's	Hitachi Modelo Condensadora INVERTER: RAS10FSNM5B Série: RAS 1301 858463 Evaporadoras: HIGH-WALL RPK-2.5FSNSM2 HITACHI 60277951	05 evaporadoras e 01 condensadora

ANEXO IB

MODELO DO RELATÓRIO TÉCNICO DE VISITA

LOGOMARCA DA CONTRATADA			
	CLIENTE: AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA	CONTRATO Nº	
		DATA:	
Unidade Atendida:	Escritório Regional de São Paulo	Solicitante:	
Endereço:	Rua Formosa 367, conjunto 2160, Centro, CEP 01049-911 Tel.: (11) 3014-1400 Telefax: (11) 3014-1453	Matrícula:	
DADOS DO CHAMADO			
Data	Hora	Descrição do Defeito	
Tipo de Atendimento			
Preventivo	Corretivo		
DADOS DO ATENDIMENTO			
Mecânico	Início	Conclusão	
	Data:	Data:	
	Hora:	Hora:	
Descrição do Atendimento			
PEÇA/MATERIAL	MARCA	MODELO	QUANTIDADE

Identificação	Executante (técnico)	Responsável na ANCINE
Assinatura		
Carimbo ou nome legível		

ANEXO IC

RELAÇÃO DE COMPONENTES BÁSICOS DOS EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO

Nº	Descrição	Nº	Descrição
1	Grade de Gabinete Frontal	38	Bucha do ventilador
2	Porca M6	39	Mangueira do dreno com trava
3	Arruela 6	40	Bandeja da água
4	Ventilador Axial	41	Engrenagem Coxim
5	Gabinete Frontal	42	Alavanca manual
6	Chassis	43	PC display
7	Válvula Reversora	44	Carcaça frontal
8	Capilar	45	Friso frontal
9	Compressor	46	Tampa frontal
10	Porca com flange	47	Controle Remoto
11	Tampa das válvulas	48	Filtro antipó
12	Válvula de serviço	49	Tampa de parafuso
13	Válvula de 1/4	50	Aleta inferior
14	Tampa suporte de Válvula	51	Aleta superior
15	Tampa lateral direita	52	Motor
16	Prendedor de cabo de força	53	Bandeja do evaporador
17	Tira solante	54	Conj. Painele de controle
18	Barra de terminal	55	Pressostato de alta
19	Caixa elétrica	56	Polia fixa diam. 5"

20	Capacitor 30 UF 450 VAC	57	Contatora
21	Abraçadeira de capacitor	58	Pressostato de baixa
22	Capacitor 3 UF 450 VAC	59	Calço do compressor
23	Kit separador	60	Correia
24	Condensador	61	Grelha de retorno
25	Grade de gabinete frontal	62	Junta cabeçote
26	Tampa sup cond	63	Visor de umidade
27	Suporte do motor vent	64	Relé de seqüência de fase
28	Parafuso atarraxado	65	Válvula de expansão
29	Motor vent cond	66	Ventilador evaporador
30	Placa de fixação	67	Válvula ang. cotovelo
31	Trava de tubulação	68	Válvula de segurança
32	Trava da evaporadora	69	Polia regulável
33	Carcaça traseira	70	Polia alumínio fixa
34	Evaporador	71	Conexão flexível pressostato
35	Turbina	72	Bandeja do evaporador
36	Coxim da turbina	73	Conj. Pannel de controle
37	Bucha turbina		

ANEXO ID

LEVANTAMENTO DE PEÇAS DE MAIOR VALOR AGREGADO

(fornecimento das peças sob a responsabilidade da ANCINE)

Item	Descrição	Capacidade	Marca/Modelo	Quantidade
A	Condicionador de Ar SPLIT CASSETE, tensão 220V, com controle remoto	Refrigeração: 24.000 BTU/h Aquecimento: 31.000 BTU/h	GREE Modelo Condensadora: GSK24-22R/B(O) 220V Evaporadoras: Teto (cassete)	01 unidade (evaporadora/condensadora)
B	Condicionador de Ar PORTÁTIL, tensão 220V, com controle remoto	12.000 BTU/h	Komeco Modelo: ABP12 QC 220V - G1 - Ambient	01 unidade (aparelho portátil)
C	Condicionador de Ar PORTÁTIL, tensão 220V, com controle remoto	11.000 BTU/h	Tec Home Modelo: TEC12F 220V	01 unidade (aparelho portátil)
D	Condicionadora de ar Sistema INVERTER SMMSi VRF, dotado de compressor scroll com velocidade variável via um controlador, denominado inversor de frequência (Inverter), de capacidade para controlar um grupo de 5 (cinco) unidades interiores (unidades	24.000 BTU/h	Hitachi Modelo Condensadora INVERTER: RAS10FSNM5B Série: RAS 1301 858463 Evaporadoras: HIGH-WALL RPK-2.5FSNSM2	1 unidade de cada peça para o sistema (evaporadora/condensadora)

evaporadoras), High-wall, de 24.000 BTU/h cada. Tensão 220V, com controle remoto		HITACHI 60277951	
--	--	------------------	--

Obs.: A ANCINE providenciará o fornecimento dos equipamentos de maior valor agregado que constem do ANEXO ID, e não estejam no período coberto por GARANTIA, sempre que comprovada a necessidade, e a contratada providenciará os demais serviços e materiais sob sua responsabilidade para proceder aos serviços de manutenção corretiva.

ANEXO IE

PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS

ITEM	TIPO DE SOLICITAÇÃO	Quant	Unidade	Valor unitário	Valor total
1	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA	12	mês	R\$ 4.221,33	R\$ 50.655,96

ANEXO IF

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS (LICITANTE DEVE PREENCHER)

ITEM	TIPO DE SOLICITAÇÃO	Quant	Unidade	Valor unitário	Valor total
1	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA MENSAL	12	mês		

ANEXO IG

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

1. Prazo para atendimento ao chamado de manutenção corretiva
--

Finalidade	Garantir um atendimento rápido para as demandas
Meta a cumprir	4h
Instrumento de medição	Emissão das comunicações: Fax, E-mail ou Ofício
Forma de acompanhamento	Controle das comunicações
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Os atendimentos serão medidos mensalmente pela fórmula: total de horas para atendimento da manutenção corretiva / 4 = X
Início da vigência	Da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	$X \leq 1$ – 100% do valor da fatura $1 < X < 2$ – 99% do valor da fatura $2 \leq X < 3$ – 98% do valor da fatura $X \geq 3$ – 97% do valor da fatura
Sanções	De acordo com o item 19 do Termo de Referência
Observações	

2. Prazo para realização do serviço de manutenção corretiva	
Finalidade	Garantir uma rápida realização do serviço de manutenção corretiva
Meta a cumprir	48h
Instrumento de medição	Anotação da hora e data de entrada no recinto da unidade e do término do serviço, atestado pelo fiscal
Forma de acompanhamento	Controle das anotações e atestes do fiscal
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Os atendimentos serão medidos mensalmente pela fórmula: total de horas para a realização do serviço de manutenção corretiva / 48 = X
Início da vigência	Da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	$X \leq 1$ – 100% do valor da fatura $1 < X < 2$ – 99% do valor da fatura $2 \leq X < 2,5$ – 98% do valor da fatura $X \geq 2,5$ – 97% do valor da fatura
Sanções	De acordo com o item 19. do Termo de Referência
Observações	

3. Apresentação do mesmo defeito anteriormente corrigido em manutenção corretiva	
Finalidade	Garantir que haja o menor retrabalho na manutenção corretiva

Meta a cumprir	90 dias sem apresentar o mesmo defeito no mesmo equipamento que sofreu a manutenção corretiva
Instrumento de medição	Anotação de ateste do serviço de manutenção corretiva e identificação do mesmo equipamento no prazo inferior a 90 dias
Forma de acompanhamento	Controle dos atestes do fiscal e as datas de novas ocorrências
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Os atendimentos serão medidos mensalmente pela fórmula: (total de atendimentos de manutenção corretiva no mês + total de atendimentos considerados retrabalho) / total de atendimentos de manutenção corretiva no mês = X
Início da vigência	Da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	$X \leq 1 - 100\%$ do valor da fatura $1 < X < 1,5 - 99\%$ do valor da fatura $1,5 \leq X < 2 - 98\%$ do valor da fatura $X \geq 2 - 97\%$ do valor da fatura
Sanções	De acordo com o item 19. do Termo de Referência
Observações	

4. Início da manutenção preventiva	
Finalidade	Garantir a manutenção preventiva a fim de evitar defeitos contínuos nos equipamentos
Meta a cumprir	Até 48h da data marcada
Instrumento de medição	Entrada no recinto da unidade a ser executado o serviço de manutenção preventiva
Forma de acompanhamento	Controle dos atestes do fiscal e a programação de atendimento mensal
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Os atendimentos serão medidos mensalmente pela fórmula: total de horas de atraso a partir da hora marcada / 48 = X
Início da vigência	Da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	$X \leq 1 - 100\%$ do valor da fatura $1 < X < 2 - 99\%$ do valor da fatura $2 \leq X < 3 - 98\%$ do valor da fatura $X \geq 3 - 97\%$ do valor da fatura
Sanções	De acordo com o item 19. do Termo de Referência
Observações	

Observações gerais:

Os ajustes no pagamento são cumulativos.

Caso haja motivo alheio à vontade da contratada que a impeça de cumprir os prazos deste

instrumento de medição de resultados, deverá demonstrar por escrito. Demonstrado o motivo o fiscal do contrato poderá, a seu critério, julgar a pertinência do pleito e estabelecer novo prazo compatível e razoável para a execução do serviço.

Referência: Processo nº 01416.022125/2017-28

SEI nº 1316281